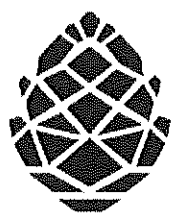


8/04/20
13.4



CARREGAL DO SAL
município

Júri Concursos
Rogério Mota Abrantes
21/04/2021

Concorros
À Pres. da Câmara p/
conluant
O Presidente da Câmara, 21/04/2021

Rogério Mota Abrantes

Relatório final	Data:20/04/2021	Registo nº -1695
-----------------	-----------------	------------------

Assunto: RELATÓRIO DO JÚRI DO CONCURSO. PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS CIMALHAS – CABANAS DE VIRIATO.

À Câmara Municipal,

O Júri, nomeado para os efeitos convenientes pela Câmara Municipal, reuniu no dia 20 de abril do ano de 2021, contando com todos os seus elementos.

Considerações gerais

O Relatório Preliminar referente ao concurso em questão foi submetido, a audiência prévia dos concorrentes. Ao abrigo desse direito de audiência prévia, os concorrentes não apresentaram alegações referentes às conclusões que o Júri proferiu no relatório preliminar no tocante às suas propostas.

Proposta de solução

Atendendo à inexistência de observações/reclamações por parte dos concorrentes, o Júri deliberou não alterar a ordenação das propostas constantes do relatório preliminar.

O Júri propõe deste modo que as propostas continuem ordenadas da seguinte forma:

Concorrentes	Prego	Classificação
Socitop Unipessoal Lda.	55.636,45€	1º
Irmãos Almeida Cabral, Lda.	59.575,00€	2º
Amadeu Gonçalves Cura & Filhos Lda.	62.923,25€	3º

Pelo exposto, o júri propõe que a Câmara Municipal faça a adjudicação definitiva da Empreitada "Pavimentação da Rua das Cimalhas – Cabanas de Viriato." à firma **Socitop Unipessoal Lda**, com sede na Estrada Nacional 228, 3450-909 Mortágua, por se tratar da proposta com o preço mais baixo, cujo valor é de 55.636,45€ (cinquenta e cinco mil, seiscientos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), valor este que será acrescido de IVA.

É exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do valor contratual, o que equivale a 2.781,82€.

Submete-se também à aprovação superior, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código de Contratos Públicos (CCP), a minuta do contrato em anexo, a celebrar com a firma Socitop Unipessoal Lda.

As deliberações do presente relatório foram tomadas por unanimidade.

V.ª Ex.ª, no entanto, superiormente decidirá.

Assinado por: **JOSÉ SOUSA BATISTA**
Num. de Identificação: BI074092413
Data: 2021.04.20 18:12:21+01'00'

O Júri

Assinado por: **LUÍS ALBERTO RIBEIRO DE FIGUEIREDO**
Num. de Identificação: BI066037697
Data: 2021.04.20 17:12:43+01'00'



CARTÃO DE CIDADÃO

(Luís Alberto Ribeiro de Figueiredo, Eng.º)

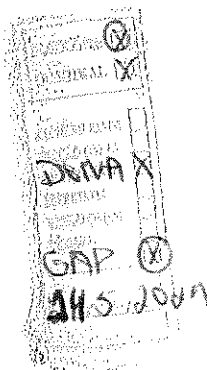
Assinado por: **MARIA FERNANDA DOS SANTOS RIBEIRO**
Num. de Identificação: BH106736191
(Maria Fernanda dos Santos Ribeiro, Eng.ª)

Carla Barros
Moreira

Assinado de forma digital por
Carla Barros Moreira
Dados: 2021.04.20 15:09:22
+01'00'

(* Dr.ª Carla Filipa Barros Moreira)

* Na qualidade de perito sem direito a voto (ponto 6, artigo 68.º do CCP).



Apresentado à Câmara Municipal

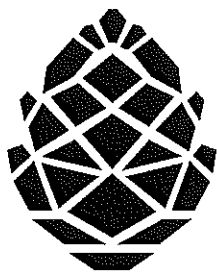
reunião ordinária de 2021 / 05 / 14

reunião extraordinária de ____ / ____ / ____

Resultado: A Câmara Municipal

em conformidade

O Chefe de Divisão



CARREGAL DO SAL
Câmara Municipal

MINUTA DO CONTRATO N.º-2-EOP/2021

----- EMPREITADA – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS CIMALHAS – CABANAS DE VIRIATO -----

----- EUROS: 55.636,45€ -----

----- Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e um, celebram o presente contrato de empreitada, pelo preço contratual de 55.636,45€ (cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), sem inclusão do IVA à taxa de lei em vigor, nos termos das respetivas disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e suas ulteriores alterações. -----

----- PRIMEIRO: o MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL, número de identificação de pessoa coletiva 506 684 920, com sede na Praça do Município, em Carregal do Sal, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, casado, empresário, portador do cartão de contribuinte fiscal número 118 815 636, residente em Arruamento Urbano a Sul da Vila, número quarenta e cinco, em Carregal do Sal, Freguesia de Carregal do Sal, Concelho de Carregal do Sal, com os poderes que lhe são conferidos pelas alíneas a) e b) do número um, do artigo trigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- SEGUNDO: SOCITOP UNIPessoal, LDA., com sede na Estrada Nacional 228, 3450-909 Mortágua, pessoa coletiva número 504 504 754, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mortágua, onde a mesma se encontra registada sob o mesmo número, com o capital social de quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e



setenta e nove cêntimos, conforme documentos juntos, titular do Alvará de Construção número cinquenta mil e oitenta e dois, neste ato representada por Abel João Marques Torres, portador do cartão de cidadão n.º09597300, válido até vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, que intervém na qualidade de representante legal da SOCITOP UNIPessoal, LDA., com poderes para o presente ato.. -----

----- **CLÁUSULA PRIMEIRA** -----

----- **Objeto** -----

----- O presente contrato de empreitada tem por objeto a execução, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, da empreitada «PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS CIMALHAS – CABANAS DE VIRIATO». -----

----- **CLÁUSULA SEGUNDA** -----

----- **Prazo de execução**-----

----- A empreitada objeto do presente contrato de empreitada deverá ser integralmente executada no prazo de cento e oitenta dias de calendário, iniciados a contar da data da assinatura do auto de consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior. -----

----- **CLÁUSULA TERCEIRA** -----

----- **Preço e condições de pagamento**-----

----- O encargo total do presente contrato é de 58.974,64€ (cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), sendo 55.636,45€ (cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos) referentes ao valor da empreitada e 3.338,19€ (três mil, trezentos e trinta e oito euros e dezanove cêntimos) relativos ao valor do I.V.A. -----

----- 2 – O primeiro outorgante compromete-se a efetuar o pagamento do preço nas condições e prazos a seguir discriminados: -----

----- a) Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais, aprovadas pelo diretor de fiscalização da obra, que serão realizadas de acordo com o disposto na Cláusula vigésima sexta do Caderno de Encargos. -----

----- b) Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----

----- c) No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e a segunda outorgante, deve aquele devolver a respetiva fatura a esta, para que esta elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e outra com os valores por este não aprovados. -----

----- d) O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos previstos no artigo trezentos e setenta e três do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **CLÁUSULA QUARTA** -----

----- **Caução** -----

----- 1 – Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, a segunda outorgante prestou caução no montante de ...€ (...), correspondente a ... por cento do valor da adjudicação, sem IVA, através da ... do ..., efetuada em ..., tendo como beneficiário o Município de Carregal do Sal. -----

----- 2 – A garantia referida no artigo anterior é constituída sem prazo e à primeira solicitação (*on first demand*), não podendo, por isso, o autor da garantia deixar de a cumprir, seja por que motivo for, desde que reclamado esse cumprimento pelo primeiro

outorgante. -----

----- 3 – O primeiro outorgante reserva-se no direito de proceder ao acionamento da caução junto da entidade bancária, sem necessidade de aviso prévio ao segundo outorgante, com vista à regularização de anomalias verificadas na obra objeto do presente contrato. -----

----- 4 – Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que a segunda outorgante tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais é deduzido o montante correspondente a cinco por cento desse pagamento. -----

----- 5 – As cauções prestadas pelo segundo outorgante serão liberadas nos termos do número cinco do artigo ducentésimo nonagésimo quinto do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **CLÁUSULA QUINTA** -----

----- **Cabimento** -----

----- A despesa será satisfeita através da rubrica do Plano Plurianual de Investimento, projeto "...", devidamente cabimentada sob o numero sequencial ..., e comprometida conforme lançamento sequencial numero -----

----- **CLÁUSULA SEXTA** -----

----- **Prazo de Garantia da Obra** -----

----- 1 - O prazo de garantia da obra inicia-se a contar da data da assinatura do auto de receção provisória e varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

----- a) Dez anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

----- b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

----- c) Dois anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----

----- 2 – Caso tenham ocorrido receções provisórias parceladas, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

----- 3 – Excetuam-se do disposto no número um as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

----- CLÁUSULA SÉTIMA -----

----- Penalidades -----

----- Se o segundo outorgante não concluir a obra no prazo contratualmente estabelecido, acrescido das prorrogações acordadas ou legais, nos termos do artigo 403º do Código dos Contratos Públicos, ser-lhe-á aplicada, até à sua conclusão, ou até à rescisão do Contrato, uma sanção pecuniária diária:-----

-----a) Multa diária de 1‰(um por mil) do valor da adjudicação, no primeiro período correspondente a um décimo do referido prazo.-----

-----b) Em cada período subsequente de igual duração a multa sofrerá um aumento de 0,5‰, até atingir o máximo de 10‰, sem, contudo e na sua globalidade, poder exceder 20% do valor da adjudicação.-----

----- CLÁUSULA OITAVA -----

----- Rescisão do contrato -----

----- 1- O incumprimento, por qualquer das Partes, dos deveres resultantes do presente contrato, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, confere à outra parte o direito de o rescindir, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que tenham direito. -----

----- 2- O Primeiro Outorgante poderá, ainda, rescindir unilateralmente o presente contrato, nos termos dos artigos 333º, 334º e 335º do Código dos Contratos Públicos. ---

----- 3- O direito de rescisão será exercido se, após notificação do não cumprimento das suas obrigações e decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, o Segundo Outorgante não tiver sanado o incumprimento.-----

----- 4- No caso em que haja rescisão, esta entrará em vigor na data que constar na receção do registo da carta que para esse fim tenha sido enviada ao Segundo Outorgante.-

----- 5-Em caso de rescisão, consideram-se compensados os trabalhos a menos com os trabalhos a mais que tenham sido levados a cabo no âmbito deste Contrato ou de contrato adicional a ele. -----

----- **CLÁUSULA NONA** -----

----- **Documentos integrantes** -----

----- Na execução dos trabalhos que constituem o objeto deste contrato de empreitada e em todos os atos que lhe digam respeito, o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto na sua proposta, programa de procedimento, caderno de encargos e lista contratual de preços unitários que para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente contrato. -----

----- **CLÁUSULA DÉCIMA** -----

----- **Revisão de preços** -----

----- A revisão de preços contratuais será efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei número seis barra dois mil e quatro, de seis de janeiro, segundo a fórmula tipo correspondente a uma obra F17 – pavimentação de estradas -----

----- **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** -----

----- **Foro competente** -----

----- Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o

Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. -----

----- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -----

----- Disposições Finais -----

----- 1 – O concurso público relativo ao presente contrato de empreitada foi autorizado por deliberação da Câmara Municipal de Carregal do Sal, na reunião ordinária realizada no dia dez de julho de dois mil e vinte. -----

----- 2 – A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara do dia ... de dois mil e vinte, ratificado pela Câmara Municipal de Carregal do Sal, na reunião ordinária realizada no dia ... de dois mil e vinte e um. -----

----- 3 – A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Carregal do Sal, na reunião ordinária realizada no dia ... de ... de dois mil e vinte e um. -----

----- 4 – Nos termos do artigo 290º-A do Código de Contratos Públicos o gestor do presente contrato é o Chefe de Divisão de Obras Municipais e Ambiente, Eng.º Luís Alberto Ribeiro de Figueiredo, que terá como função fazer o acompanhamento permanente da execução do mesmo. -----

----- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -----

----- Documentos anexos -----

----- Arquivam-se os seguintes documentos: -----

----- a) Documento de identificação do representante do segundo outorgante; -----

----- b) Certidão de teor da Conservatória do Registo Comercial de ...; -----

----- c) Alvará de Construção; -----

----- d) Certidão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; -----

----- e) Certidão do Serviço de Finanças de ...; -----

----- f) Comprovativo da caução prestada; -----

----- g) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo quinquagésimo quinto do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro (registo criminal, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas). -----

----- h) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) criado pela Lei n. º89/2017 de 21 de agosto, devidamente atualizado. -----

----- Este contrato foi lido e o seu conteúdo explicado em voz alta aos outorgantes e que irá ser assinado pelos mesmos. -----

----- Os outorgantes rubricaram os documentos referidos no presente contrato e declararam que conhecem perfeitamente o seu conteúdo. -----

----- O primeiro outorgante, -----

----- (Rogério Mota Abrantes) -----

----- O segundo outorgante, -----

----- (Abel João Marques Torres) -----